



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1008161-11.2015.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito**
Requerente: **CARLOS MONTAVANI**
Requerido: **BANCO DO BRASIL SA**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou que, na condição de correntista do réu, firmou contrato de seguro de vida mediante débito das parcelas referentes ao prêmio mensal em sua conta.

Alegou ainda que tomou conhecimento de que o contrato foi cancelado, mas mesmo assim os débitos pertinentes continuaram acontecendo.

Almeja à devolução do montante relativo aos mesmos.

As preliminares arguidas pelo réu em contestação não merecem acolhimento.

Sua ligação com os fatos noticiados é evidente, de sorte que ele estando vinculado à cadeia que se estabeleceu para a prestação do serviço em apreço (as regras de experiência comum – art. 5º da Lei nº 9.099/95 – atestam nesse contexto que contratos como o trazido à colação surgem de sugestão havida no próprio estabelecimento bancário e lá confeccionados) não poderá eximir-se da responsabilidade daí oriunda.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Por outro lado, a petição inicial não se ressentiu de vícios formais, encerrando relato plenamente inteligível que deu margem a substancial defesa por parte do réu.

As condições da ação e os pressupostos processuais estão, por fim, presentes.

Rejeito as prejudiciais suscitadas, pois.

No mérito, os documentos de fls. 08/11 respaldam satisfatoriamente a alegação de que o contrato de seguro firmado entre as partes foi cancelado há mais de dois anos, ao passo que os documentos de fls. 12/32 atestam que ainda assim os débitos correspondentes persistiram.

A conclusão lógica é que não tinham respaldo a sustentá-los.

Já o réu em momento algum impugnou tais documentos ou mesmo refutou os fatos a eles relativos, seja quanto ao cancelamento do seguro, seja quanto à cobrança sem lastro que se prolongou no tempo.

A conjugação desses elementos, aliada à inexistência de outros que apontassem para direção contrária, impõe o acolhimento da pretensão deduzida porque à evidência os débitos suportados pelo autor não representaram contrapartida a nada em face do cancelamento do contrato já ter-se implementado.

A restituição do valor a eles correspondente é bem por isso de rigor, inclusive como forma de evitar o inconcebível enriquecimento sem causa em detrimento do autor.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar o réu a pagar ao autor a quantia de R\$ 4.132,35, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Caso o réu não efetue o pagamento da importância aludida no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95. P.R.I.

São Carlos, 17 de setembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**